

Democracia, crise e reforma – Estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*

Maria Angela D’Incao e Hermínio Martins (organizadores)

É um lugar comum falar dos problemas que vêm junto com tentativas de avaliar academicamente processos políticos recentes. Mesmo assim, quando o esforço é intelectualmente honesto, desprovido ao máximo de ideologia, costuma valer a pena. Mais do que isso, é quase irresistível o desejo de entender melhor o que ocorreu de importante faz pouco tempo e, portanto, afetou a vida de todos que ainda estão vivos.

Por Carlos Eduardo Lins da Silva**

Assim, merece ser saudada com elogios, desde pela iniciativa em si mesma, a edição de *Democracia, crise e reforma – Estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*, uma coletânea de ensaios de autores respeitáveis de vários países, organizada por Maria Angela D’Incao e Hermínio Martins, que ocorre quase oito anos depois do fim do segundo mandato de FHC na presidência do Brasil.

Bolívar Lamounier (autor de um dos textos desse livro) e Rubens Figueiredo já haviam feito um volume com o propósito de realizar um primeiro julgamento dos governos de FHC, no meio do calor da eleição que escolheu seu sucessor (“A Era FHC – um balanço”, Cultura Editores Associados, 2002).

Aquele era um projeto bastante plural do ponto de vista do alinhamento político-partidário dos que foram convidados para analisar a administração de Fernando Henrique Cardoso por áreas temáticas demarcadas basicamente pela divisão tradicional da burocracia pública. E o resultado, com os desníveis naturais de obras feitas coletivamente, foi bastante satisfatório.

* Editora Paz e Terra, São Paulo, 2010, 524 p.

Este trabalho tem objetivos diferentes. Como explica o primeiro parágrafo da introdução, trata-se de “uma homenagem a Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, professor da Universidade de São Paulo e ex-presidente do Brasil” (p. 9). Erra, contudo, quem daí inferir que seu conteúdo se limita a encômios a esse importante personagem do Brasil dos séculos XX e XXI.

Como explicam os organizadores, é “um conjunto de estudos sobre a figura e a presidência (...) [para] reunir e apresentar aos leitores a compreensão da experiência FHC para a consolidação da democracia no Brasil.” Quase todos os textos, além disso, se concentram em enfocar o personagem e seu desempenho político de um ponto de vista específico, que é o da troca entre o intelectual e o prático, entre a teoria e a realidade, o que resulta, quase sempre, em exercícios muito atraentes e enriquecedores, em grande parte porque são “reflexões ponderadas e análises serenas [feitas] por estudiosos de valor reconhecido, que procuram acima de tudo analisar, compreender e explicar”, como afirmam os organizadores (p. 10).

No que diz respeito à política externa, assunto do interesse dos leitores desta *Revista*, pelo menos seis capítulos se debruçam sobre como FHC lidou com ela como sociólogo, senador, chanceler e presidente da República. Outros dois (que tratam do Ministério da Defesa e dos direitos humanos) tangenciam o tema. No entanto, esta resenha se limitará aos textos que têm a ver mais diretamente com as relações exteriores, embora alguns se circunscrevam a porções muito específicas delas.

A primeira menção sobre a questão do Brasil e o mundo, no entanto, vem do próprio Fernando Henrique Cardoso, na entrevista que concedeu a Bernardo Sorj e Sérgio Fausto em janeiro e fevereiro de 2008 e que abre o livro. Ela é importante porque aponta um dos traços fundamentais da concepção que Cardoso tem do processo de globalização, um dos fenômenos internacionais mais marcantes (provavelmente o mais marcante) do período em que ele foi presidente. Esta forma de entender a globalização vai reaparecer diversas vezes em outros capítulos, com enfoques variados, mas FHC dá, ele mesmo, logo de início, a sua versão, atento ao propósito do livro de vincular sua experiência teórica com a prática.

“Nós já entramos na globalização, uns mais outros menos. O problema é se você entra ativa ou passivamente. O Brasil começa a entrar ativamente, não totalmente, porque ainda tem muito lixo a ser mexido. Mas as empresas entraram, os indivíduos entraram. O quadro geral é dado pela entrada nas redes globais. Isso é uma força de transformação e de progresso, não de atraso. Lembro-me de que numa conferência que dei na faculdade de Filosofia numa época de muita agitação (era 1968), disse que no Brasil ou nos afirmávamos como ocidentais ou não seríamos nada. A frase provocou espanto em muitos colegas (...), culturalmente pertencemos ao ‘extremo Ocidente’, mas somos ocidentais. (...) E nossa relação com o resto do mundo não é nem autóctone nem autárquica, é dialética. Não é que sejamos a reprodução passiva do que acontece lá fora. Não, nós refazemos aqui o que trazemos de fora, e dessa

forma recriamos o 'externo', podendo influenciar, por nossa vez, o 'lá de fora'. Tem um ir e vir nesse processo. Essa dialética está no *Dependência e desenvolvimento*. Está no *Capitalismo e escravidão*." (p. 59-60).

Logo depois, de maneira muito mais direta, FHC descreve pontos essenciais da política externa de seus dois mandatos: "(...) o Brasil tinha que se organizar, em particular na América do Sul, não na América Latina, na América do Sul, mas não para nos isolarmos nesse espaço, mas sim para, a partir dele, intensificar nossas relações para fora. (...) Não devemos nos definir em termos de terceiro-mundismo, mas com uma postura de *global player*. Agora, virar *global player* implica uma construção, não se faz de repente. Nós estamos virando *global player*. E isso não tem nada a ver com ser membro do Conselho de Segurança. Conselho de Segurança pode ser mais um problema do que uma solução. Tem a ver com nossa autorrepresentação (...) e com a capacidade que viemos a ter para definir nossos interesses econômicos, políticos e culturais no mundo globalizado pelo comércio e pela produção, inclusive de ideias." (p. 60).

Essas observações iniciais sobre conceitos básicos da política externa dos anos FHC ampliam-se muito no capítulo seguinte, redigido por Celso Lafer, que foi ministro das Relações Exteriores no segundo mandato de FHC. Ele realça os atributos de que dispunha o presidente para tratar do assunto: "O Brasil está no mundo e para pensar o que significava isso para o país em termos de mudança o intelectual FHC tinha, no exercício da presidência, um diversificado e relevante repertório. Nisto cabe incluir o ter estudado e lecionado no exterior; a experiência do exílio; a do trabalho na CEPAL (...). Esta base se adensou no trato, como senador, de temas da política internacional do Brasil como, por exemplo, a dívida externa e a sua negociação, e se aprofundou no exercício, no âmbito do Poder Executivo, das funções e responsabilidades de chanceler e ministro da Fazenda." (p. 78).

Lafer mostra como FHC concluiu, a partir do "quadro mental" constituído em décadas de estudos e reflexões sobre esses assuntos, que "construir a autonomia pela distância, como se buscou fazer no período da Guerra Fria, não era o meio de ampliar o controle da sociedade brasileira sobre o seu destino, mesmo sendo a tendência natural de um país continental mais voltado para olhar a si próprio. Traçou como caminho perseguir a autonomia pela participação, ou seja, internacionalizar para não ser internacionalizado (...). (p. 81). Depois, relata como em seus governos a diplomacia presidencial e os instrumentos de *soft power* foram utilizados na política externa.

Além disso, o ex-ministro presta curioso e relevante testemunho pessoal sobre a origem do mito de que FHC teria dito a frase "esqueçam o que eu escrevi", que lhe é comumente atribuída, ao relatar a situação em que se criou a lenda, em almoço ao qual Lafer estava presente, no qual o então presidente, dirigindo-se a ele (Lafer), afirmou que quando se está numa função pública, e vai se ver o que se escreveu, "conclui-se que não é bem assim".

Embora os temas de política externa apareçam apenas marginalmente em seu artigo (que se propõe a analisar o pensamento e a ação política de FHC), Celso Lafer é quem dá ao leitor a melhor contribuição nesse volume sobre como ela foi concebida e executada entre 1995 e 2003.

Ted Goertzel faz um interessante levantamento sobre citações aos trabalhos acadêmicos a respeito da América Latina que se encontram no buscador Google Scholar em seu artigo (p. 423-34) e conclui que seus “escritos acadêmicos muitas vezes preocupam-se com teoria e princípios abstratos, em contraste com os interesses tangíveis e práticos do mundo político. Durante toda sua carreira, Fernando Henrique Cardoso esteve ciente da tensão entre o que Max Weber chamava de ética dos fins últimos e a ética da responsabilidade. Sua obra acadêmica foi marcada pela busca de soluções plausíveis para os problemas de países específicos em conjunturas históricas específicas. Sua liderança política era contrabalançada pela habilidade de colocar os interesses políticos do dia a dia em um amplo contexto histórico e sociológico. Como estudioso e político, ele foi um exemplo do que o sociólogo C. Wright Mills chamava de ‘imaginação sociológica’, ‘a qualidade da mente essencial para compreender a interação entre o homem e a sociedade, entre a biografia e a história, entre o eu e o mundo’” (p. 434).

Um pouco de cuidado de edição teria evitado que alguns erros factuais aparecessem numa das contribuições de autores estrangeiros desse volume. As ideias instigantes que Laurence Whitehead propõe em “A Astúcia Fortunata do presidente-sociólogo do Brasil” (p. 435-58) não saem minimamente prejudicadas por eles, mas não custava que fossem corrigidas as afirmações de que a Constituição brasileira estipula que os presidentes da República só podem ocupar o cargo por dois mandatos consecutivos de cinco anos (são de quatro anos) e de que FHC era candidato a governador de São Paulo quando ocorreu a célebre pergunta sobre se ele acreditava em Deus (ele era candidato a prefeito da capital paulista). De resto, o relato no capítulo de todo o episódio dessa questão de acreditar em Deus (de que eu mesmo fui testemunha pessoal) é muito impreciso em relação ao que ocorreu de fato.

Uma questão mais de fundo que o artigo de Whitehead sugere é a ausência, entre os exemplos que ele dá de outros intelectuais que chegaram ao exercício do poder, de Domingo Sarmiento, primeiro presidente civil da Argentina (1868-1874) que, embora não tenha sido um acadêmico clássico (foi basicamente um autodidata), era um intelectual de grande excelência, comparável a vários outros que Whitehead corretamente relaciona (como Jefferson, Tocqueville, Wilson, Churchill, Vaclav Havel, José Bonifácio e outros).

Interessante, mas um pouco perdido no conjunto da obra, é o capítulo de Kotaro Horisaka e Akiko Koyasu, que oferece uma perspectiva do Japão sobre a experiência de FHC na presidência do Brasil e a compara com países da Ásia. Teria feito mais sentido se o livro trouxesse visões similares vindas da Europa, da África e das Américas, para o leitor ter uma compreensão mais ampla do significado da era FHC para

o mundo (ainda mais que durante seus mandatos o país se engajou como ator relevante em processos como a negociação, afinal até agora frustrada, de acordos de livre comércio no hemisfério ocidental e do Mercosul com a União Europeia).

Talvez o fato de o texto de Horisaka e Koyasu ter ficado isolado se explique pela circunstância relatada pelos organizadores ao fim de sua introdução: “(...) alguns colegas tanto no Brasil como no estrangeiro gostariam de ter podido terminar a tempo seus artigos, mas não o conseguiram por razões de trabalho ou pessoais”. (p. 25). Resta esperar, como eles o fazem, que numa futura segunda edição esta e outras eventuais lacunas sejam preenchidas.

“Cardoso e o mundo”, de Andrew Hurrell (p. 473-500), é o capítulo entre os que tratam de política externa, que traz nuances mais críticas em relação ao homenageado. Ele retoma o “tema constante na obra de Cardoso” que o próprio ex-presidente realça em sua entrevista para esse volume, a “preocupação com o modo como o capitalismo global está se desenvolvendo e seu desejo de compreender as implicações dessas mudanças para os países em desenvolvimento em geral e para o Brasil em particular”. (p. 474).

Ele mostra como o sociólogo Cardoso foi capaz de perceber, muito à frente da maioria de seus colegas, ainda na década de 1970, como as novas formas de dependência teriam a ver, sobretudo, com a tecnologia e as finanças globais. E diz que “no âmbito da literatura sobre a globalização, a obra de Cardoso tende claramente a ser econômica, se não economicista” (p. 475) e que “em termos de sua postura quanto ao impacto da globalização, Cardoso deve ser classificado mais como um pensador que se encaixa na literatura ‘hiper-globalista’. Fica claro, para Cardoso, que a globalização está exercendo um impacto profundo, talvez revolucionário, principalmente sobre o papel do Estado. Cardoso aceita a opinião comum de que alguns conjuntos de políticas econômicas deixaram de ser viáveis e que os Estados enfrentam pressões cada vez maiores para adotar políticas similares que sejam pró-mercado”. (p. 476).

Embora apresente tanto argumentos de críticos, para quem as escolhas de políticas pelo presidente Cardoso a partir de suas convicções como intelectual “resultaram em uma vulnerabilidade externa maior do que era necessário”, quanto de defensores argumentando que o processo de estabilização e reforma estatal era uma precondição para as mudanças sociais e de política externa que surgiram depois, o leitor sai da leitura do texto de Hurrell com a impressão nítida de que o autor inclina-se mais para aqueles do que para estes.

Mas, no espírito condutor de todo o livro, ele ressalta que “qualquer que seja o veredicto a respeito das políticas do presidente, é importante ressaltar a análise extremamente poderosa e visionária que Cardoso fez das instabilidades causadas pela liberalização excessiva” (p. 479) e cita diversas advertências enfáticas que, ainda como presidente, ele fez sobre os perigos da globalização financeira desregulada.

Também é bastante importante a análise que Hurrell faz da política dos anos FHC para a América do Sul. Realça como o presidente rejeita a “opinião nacionalista conspiratória de que os Estados Unidos estão determinados a subjugar o Brasil ou dominar a América do Sul”, e como, muito pelo contrário, consegue perceber de maneira bem clara o ínfimo interesse que Washington tem pela região” (p. 484). Constatada, com precisão e bom senso, a reticência de Cardoso em “impor poder” na América do Sul: “(...) De acordo com Cardoso, é ‘cedo’ para que o Brasil desempenhe um papel mais intervencionista e político na América do Sul. O país deve desenvolver a função de ‘organizador’ na região, mas ainda não estava [no final da década de 1990] pronto para desempenhar um papel político mais ativo.” (p. 85).

O último texto que trata de política externa (e também o último do livro) é de Javier Santiso: “A emergência do possibilismo no Brasil do tucano Cardoso ao Lula light” (p. 501-13). Ele tem o indiscutível mérito de chamar a atenção para um fato de que, com frequência, muitos brasileiros, absortos nos embates partidários, especialmente os eleitorais, têm sido incapazes de notar: os diversos pontos comuns que há entre as administrações de FHC e Lula.

Santiso identifica como “emergência do possibilismo” a “vertente dominante” nas duas, “um enfoque mais humilde, menos orientado para um futuro indefinido e mais voltado para o presente” e que também se observa em outros países da América Latina (Chile, México, Uruguai, Costa Rica, Colômbia). “No cerne do processo de democratização política e liberalização econômica na América Latina, existe o reconhecimento implícito ou explícito da necessidade de reconciliar interesses e valores em conflito.” (p. 502).

É significativo, expressivo e relevante que um volume que se inicia com a autodefinição de uma homenagem a Fernando Henrique Cardoso termine com reflexões que enfatizam a necessidade de lutar pelo que é possível, mostram o Brasil como “a terra do possibilismo” e demonstram que, apesar das diferenças de estilo ou de intensidade na convicção de que o caminho a trilhar era este mesmo, os dois mais recentes presidentes do Brasil, bem ou mal, agiram sob essa inspiração de atuar com base em posicionamentos pragmáticos, e não ideológicos. Isso valeu nestes 16 anos tanto para os rumos básicos da política econômica, quanto da política social e da política externa. E, apesar dos pesares, é impossível negar que o Brasil melhorou neste período e que Fernando Henrique Cardoso teve um papel predominante, indispensável, nesse processo todo que ainda transcorre.

** Carlos Eduardo Lins da Silva é o editor da revista *Política Externa*.